

anti— ~~capitalista~~

Crescer
na unidade
e na luta



Duas experiências unitárias:
coligação em Lisboa
e geringonça

P. 10

A banalidade dos genocídios

P. 6

Outono de lutas e de unidade

Enquanto esta revista está a ser impressa, várias manifestações indicaram algumas das fronteiras da luta social: em Castelo Branco, uma marcha LGBTQ+ desafiou as ameaças da extrema-direita; a Marxa Kabral, evocando o centenário de Amílcar Cabral e dando voz à luta antirracista, contrapôs-se à ofensiva do Chega, e, no final do mês, o movimento pela habitação voltou à rua. Que estes movimentos incomodem a direita e o governo, não vemos nisso nenhuma surpresa; mas há que assinalar que houve vozes à esquerda que mostraram desconforto e até oposição. Houve partidos de esquerda que rejeitaram a manifestação antirracista e é notório que também a luta pela habitação não colhe unanimidade e algumas ausências se fazem notar. O argumento é que não são lutas da classe operária.

Esta revista declara guerra contra essas posições conservadoras da esquerda, sejam elas inspiradas por um partido com uma estratégia reaccionária – o BSW alemão, “Coligação Sarah Wagenknecht”, o primeiro partido da história da esquerda europeia cujo nome é o da sua dirigente – ou sejam o resultado da deriva de posições que ignoram e até desprezam o que é hoje a classe trabalhadora. Afirmamos, contra essas posições, que o salário é tão importante como a habitação para determinar o rendimento líquido dos trabalhadores e que, portanto, a luta pela habitação é não só essencial para o dia a dia dos explorados, como enfrenta um dos processos centrais da acumulação de capital, a especulação imobiliária. Acrescentamos mais: a massa trabalhadora é composta de gente de muitas origens, incluindo imigrantes, e que por isso a luta antirracista é parte da sua política para se constituir como classe.

Luta e movimento, é por isso também que nos dedicamos no dossier a rever a importância e as limitações e riscos de políticas unitárias. Partimos de três experiências que definiram a política do seu tempo (a coligação para a Câmara de Lisboa, com Jorge Sampaio e José Saramago; a geringonça; a Nova Frente Popular francesa) e indicamos outra que prejudicou e enfraqueceu a esquerda (a participação do Podemos no governo espanhol). Pedimos a alguns dos protagonistas que refletissem sobre o percurso e aqui os temos. Como se verifica em todos os textos, nem a história se repete nem decorre de uma fórmula. O que em todo o caso concluímos é que lutar e vencer exige unidade e unidade com programas que mobilizem o povo.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial

Outono de lutas e de unidade

3 Imigração

O fim da Manifestação de Interesse e o retrocesso nas políticas de imigração em Portugal

4 Habitação

Políticas de direita na habitação. Uma estratégia acertada, ou o mesmo caminho que nos levou até aqui?

6 Israel

A banalização do genocídio. Os casos de Gaza e do Sudão

9 China Imperial / Cultura

Abrços de urso - há um imperialismo chinês em África? Poema

Dossiê | Política unitária

Catarina Martins

Daniel Borges

Luis Fazenda

Ficha Técnica

Conselho Editorial

Alda Sousa

Ana Feijão

Andrea Peniche

Andreia Galvão

Daniel Borges

Francisco Louçã

Hugo Monteiro

Inês Sena

João Bernardo Narciso

José Miguel Ricardo

Leonor Figueiredo

Marco Marques

Patrícia Felício

Paulo Ferreira

Rodrigo Sousa

Design Gráfico e Ilustração

Duarte Santos

Paginação

Tiago Tavares

Participaram nesta edição

Andreia Galvão

Catarina Martins

Cynthia de Paula

Daniel Borges

Francisco Louçã

João Alcobia

Luís Fazenda

Paulo Tavares

O fim da Manifestação de Interesse e o retrocesso nas políticas de imigração em Portugal

Texto de *Cyntia de Paula*

(Psicóloga Comunitária, Dirigente Associativa e Coordenadora Política da Rede sem Fronteiras Europa)

No dia 3 de junho de 2024 o atual governo constituído pela AD - Aliança Democrática, lançou o Plano de Ação para as Migrações, que, entre muitas medidas, extinguiu, por Decreto-Lei (n.º 37-A/2024, de 3 de junho) importantes artigos da Lei de Estrangeiros. A revogação dos artigos, nomeadamente os n.os 2 e 6 do artigo 88.º e os n.os 2, 4 e 5 do artigo 89.º da Lei n.º 23/2007 e por consequência o fim das Manifestações de Interesse foi uma decisão que em nada protege os direitos das pessoas imigrantes que já estão a trabalhar em Portugal.

Desde 2007, que os referidos artigos foram fundamentais para que as pessoas imigrantes que vivem em Portugal e que não tinham um visto prévio emitido no país de origem, mas que aqui trabalham e contribuem para a Segurança Social pudessem regularizar a situação administrativa no país, garantindo dignidade e um maior acesso aos direitos a essas pessoas.

É fato que políticas, que têm como objetivo manter pessoas imigrantes em situação de irregularidade, como a do fim das Manifestações de Interesse, apenas contribuem para o aumento das múltiplas vulnerabilidades que essas pessoas já vivenciam, como a permanência em trabalhos precários, a dificuldade no acesso a direitos e a exploração laboral.

Não podemos esquecer que essa medida vem na sequência de um longo período marcado por muitas falhas na implementação das políticas migratórias pelo governo do Partido Socialista, que culminou na extinção do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e na criação da AIMA - Agência para a Integração, Migração e Asilo.

Num momento político em que temos no Parlamento 50 deputados/as de um partido de Direita Radical e, que não apenas a nível de Portugal mas a nível da Europa, a imigração tem estado na base de discursos que reforçam preconceitos e estereótipos, retirar da Lei de Estrangeiros importantes mecanismos que permitiam a regularização dessas pessoas, ao invés de investir em respostas que garantissem de forma célere a conclusão dos processos de regularização e o acesso a uma Autorização de Residência, apenas reforça ideias erradas, como a de que as pessoas imigrantes estão a invadir Portugal, ou que são responsáveis pelo aumento da criminalidade e por isso temos que combater a entrada de mais pessoas.

A imigração é fundamental para Portugal e para qualquer país. Dados provisórios da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) apontam que em 2023 viviam cerca de 1.040.000 imigrantes em Portugal (9,8% da população), e de acordo com o Observatório para as Migrações (OM) as pessoas imigrantes contribuíram em 2022 com 1.861 milhões de euros para a Segurança Social, enquanto beneficiaram de cerca de 257 milhões de euros em prestações sociais.

Porém, a integração no mercado de trabalho, tal como aponta o Relatório Anual do Observatório das Migrações (OM) 2023[1], as pessoas imigrantes de países terceiros continuam a estar, por comparação aos nacionais, mais representadas nos grupos profissionais da base como em atividades económicas dos setores de alojamento, restauração e similares, e atividades económicas administrativas e dos serviços de apoio. Sendo estes setores os que apresentam salários mais baixos e piores condições de trabalho. Ademais, a inserção das pessoas imigrantes no mercado de trabalho português continua a não refletir necessariamente as suas qualificações, verificando-se uma maior percentagem de pessoas trabalhadoras migrantes, em comparação às nacionais, a não utilizar as suas habilitações nas funções profissionais que exercem.

Para além do mercado de trabalho, em que as pessoas imigrantes tendem a estar mais vulneráveis à exploração laboral, não podemos desconsiderar o quanto o racismo e a xenofobia estão presentes na vida cotidiana das pessoas imigrantes e racializadas em Portugal. Além das discriminações, infelizmente, tão presentes no acesso à habitação, saúde, educação, entre outras. É cada vez mais frequente os relatos de situações de xenofobia e racismo vivenciadas nos espaços públicos, essas muitas vezes também tendo a LGBTQIA+fobia de forma muito presente e com atos de violência física.

Com o fim das Manifestações de Interesse, numa medida claramente de aproximação à Direita Radical, retrocedemos 17 anos e ao invés de continuarmos a construir respostas que garantam mais direitos e dignidade, o Governo optou por responsabilizar as pessoas imigrantes pela ineficiência das respostas.

[1] Indicadores de Integração de Imigrantes. Relatório Estatístico Anual 2023 Catarina Reis Oliveira dezembro de 2023, Coleção Imigração em Números Observatório das Migrações ISBN 978-989-685-138-5



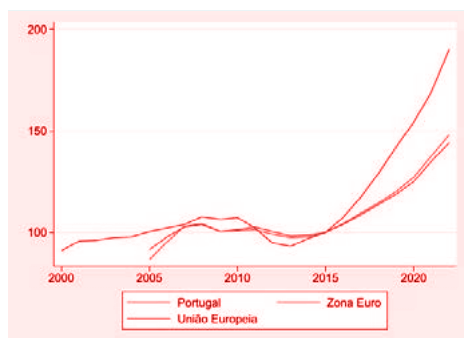
Políticas de direita na habitação. Uma estratégia acertada, ou o mesmo caminho que nos levou até aqui?

Texto de João Alcobia

A crise da habitação é um problema grave na sociedade portuguesa atual. Embora a presença de bairros de barracas seja menos frequente do que no passado, o aumento exponencial dos preços das casas tem dificultado o acesso a este bem essencial, penalizando não apenas as camadas mais desfavorecidas da sociedade, mas também a classe média, e sobretudo os jovens.

De facto, no período, entre 2013 e 2023, os preços da habitação em Portugal mais que duplicaram – descontando o aumento da inflação – apresentando um aumento mais significativo do que a generalidade dos países da União Europeia e da Zona Euro.

Figura 1 – Índice de preços da habitação na União Europeia (100=2015)



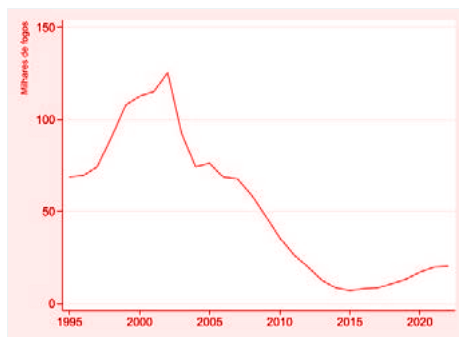
Fonte: Eurostat

Para os economistas do campo da direita, a justificação para o aumento vigoroso dos preços da habitação foi a (falta de) oferta e o facto des-

ta reagir de forma insuficiente à forte procura.

Argumentam que no período posterior à crise financeira, verificou-se um longo período de subinvestimento em habitação, e que a recuperação pós-2015 foi muito tímida.

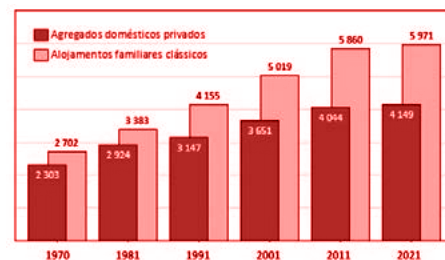
Figura 2 - Fogos concluídos em construções novas para habitação familiar (milhares)



Fonte: INE, Pordata

Efetivamente, o número de fogos concluídos foi muito reduzido no período posterior a 2010, no entanto, se compararmos a evolução do número de agregados domésticos privado e do número de alojamentos familiares clássicos, constatamos que o rácio entre estes dois indicadores se mantém constante em cerca de 1,5. Ou seja, não foi o aumento da procura doméstica que despoletou a inflação dos preços da habitação.

Figura 3 - Evolução do número de agregados domésticos privado e do número de alojamentos familiares clássicos (1970-2021), em milhares



Fonte: INE, Pordata, Blog Ladrões de Bicicletas.

Não obstante este cenário, no entender dos economistas do campo da direita, o mercado de habitação apresenta uma significativa rigidez – devido à existência de processos de licenciamento lentos e pouco previsíveis – facto que obsta uma resposta célere à pressão da procura.

Adicionalmente, argumentam que diversas medidas governamentais, como a limitação do aumento de rendas, têm destruído a confiança no mercado de arrendamento causando a retração na oferta.

Por último, não negam o efeito da maior procura, não apenas devido ao aumento do turismo como de incrementos de fluxos migratórias – no entanto, como observamos em seguida, prescrevem um conjunto de políticas que causam uma aceleração da procura de habitação.

Perante este diagnóstico, o executivo de Luís Montenegro tem prometido aplicar um conjunto de medidas no mercado de habitação e de arrendamento com o propósito de reduzir os preços da habitação e aumentar o acesso deste bem essencial por parte da generalidade das famílias.

Alguns exemplos de medidas, são a:

- > Revogação da Contribuição Extraordinária sobre o Alojamento Local, da caducidade da licença e transmissibilidade;
- > Isenção de IMT e Imposto de Selo na compra da primeira casa para os jovens até aos 35 anos nos imóveis até ao 4º escalão de IMT;
- > Garantia pública aos jovens para viabilizar o financiamento bancário na compra da primeira casa;
- > Redução de IVA para a taxa mínima de 6% para as obras de reabilitação e construção de habitação;
- > Garantia do Estado a crédito para construção de cooperativas com entrega de terreno público;
- > Regime legal de aproveitamento de imóveis públicos devolutos ou subutilizados.
- > Disponibilização de imóveis públicos para habitação (build to rent) com renda/preço acessível, em regime de Parceria Público-Privada.

Apesar de algumas medidas, nomeadamente a número 5) e 6) possa contribuir para um aumento da oferta de habitação, não é certo, que esse aumento de oferta de habitação leve a uma redução significativa dos preços.

Isto porque algumas das outras medidas (nomeadamente as número 2) e 3)) irão contribuir necessariamente para um aumento da procura por habitação.

A título de exemplo, a isenção de IMT (atualmente em 7% até aos 315 mil euros), e de Imposto de selo (atualmente em 0,8%), vai permitir uma poupança em impostos superior a 15 mil euros na compra de uma habitação de 315 mil euros. Com a abolição destes impostos, cada família (com acesso a crédito) terá uma disponibilidade superior para pagar pela habitação de 15 mil euros.

Por essa via, estas pessoas não beneficiarão com a medida, e apenas os vendedores da habitação, beneficiarão com um aumento de lucros (pago pela redução de impostos).

No caso da medida 3), o mecanismo é semelhante. Contribuirá para um aumento do preço da habitação, e não beneficiará famílias com salários reduzidos. Isto porque, mesmo que estas pessoas tenham acesso à possibilidade do empréstimo com vista à compra de habitação, não conseguirão fazer face às prestações mensais ao banco.

No caso da redução do IVA na construção, não existe qualquer garantia que leve a uma redução do preço da habitação.

À semelhança do que aconteceu em outubro de 2021 no mercado de gasolina e gasóleo, ou em

2008, no mercado dos ginásios, uma redução da fiscalidade não contribuiu para uma redução significativa dos preços destes bens e serviços (no caso dos ginásios, inclusivé 3 cadeias aumentaram o valor das prestações).

Já a medida 1) é gravosa, porque o fim da proibição das licenças ao alojamento local vai continuar a tendência de realocação de casas do arrendamento tradicional para alojamento local. Assim, o número de ofertas de casas disponíveis para os trabalhadores diminuirá, o que provocará um aumento de preços significativo.

Por último, o programa da habitação do executivo de Luís Montenegro tem o problema de “passar ao lado” das causas efetivas para a subida dos preços da habitação, nomeadamente ao manter o regime dos vistos gold, ou dos residentes não habitantes.

Estes regimes aumentam a atratividade de comprar/arrendar casas em Portugal, por pessoas com rendimentos mais elevados, contribuindo para uma menor acessibilidade da habitação para residentes em Portugal.



A banalização do genocídio. Os casos de Gaza e do Sudão

Texto de Paulo Antunes Ferreira



Nos anos que se seguiram ao Holocausto – o genocídio emblemático, a pior expressão do mal – Hannah Arendt criou a expressão “a banalidade do mal” para descrever a forma como as pessoas comuns podiam cometer atrocidades simplesmente por se conformarem com as normas sistémicas e seguirem ordens. Hoje parece estar a ocorrer um fenómeno paralelo: a banalização do próprio genocídio. O genocídio é cada vez mais tratado como uma ocorrência quase vulgar na política global, aceite, ignorada ou desvalorizada deliberadamente pela comunidade internacional. A palavra “genocídio” designa o extermínio deliberado de um grupo com base na sua etnia, religião ou nacionalidade, mas evoca também uma calamidade moral que ameaça os próprios fundamentos da civilização e humanidade. No rescaldo do Holocausto, o mundo declarou “nunca mais”. No entanto, na segunda metade do século XX e no século XXI, esta promessa parece cada vez mais vazia, uma vez que o espectro do genocídio não só persistiu como, em muitos aspectos, se tornou banal.

1. Gaza – o genocídio aos olhos de todos

O actual genocídio cometido por Israel em Gaza – e que parece poder alargar-se à Cisjordânia – decorre com maior intensidade desde 7 de outubro de 2023, em retaliação a um ataque realizado pelo Hamas do qual resultou a morte de 1200 israelitas, não se sabendo quantos foram mortos pelo Hamas e quantos o foram pelo exército israelita.

A dimensão deste genocídio é mais conhecida do que a do Darfur. De acordo com o Ministério da Saúde de Gaza, entre 7 de outubro de 2023 e 10 de Setembro de 2024 foram mortos pelo menos 41.020 palestinianos na Faixa de Gaza. Acrescente-se ainda uma estimativa de mais 10.000 mortos que estarão debaixo dos escombros ou não encontrados. Dos mortos identificados, 33% eram crianças, 18% mulheres, 9% idosos e 40% homens. Aplicando estas percentagens ao total de mortes, teremos mais de 13.500 crianças assassinadas até 10 de setembro. Outros 94.925 palestinianos ficaram feridos, entre os quais mais de 22.000 crianças.

Um estudo científico, publicado na Lancet em julho, usando critérios muito conservadores aponta para que mais de 186.000 mortes venham a ocorrer devido a esta carnificina praticada por Israel.

Em 11 de Setembro 90% da população de Gaza (1,9 milhões) encontrava-se na situação de refugiado, e a ONU estima que mais de 2 milhões de pessoas (96% da população) sofram de carência alimentar ou estejam em situação de fome, incluindo 745.000 em nível de emergência e 495.000 em nível de catástrofe (o mais elevado). Estima-se que mais de 50.000 crianças necessitem de tratamento devido a subnutrição aguda e a UNICEF contabilizou em fevereiro mais de 17.000 crianças órfãs, desacompanhadas ou separadas dos pais.

2. Sudão – o genocídio escondido e esquecido

No Sudão, país com uma área e população exponencialmente maiores do que a Faixa de Gaza, teve início em 15 de abril de 2023 uma guerra civil entre as duas principais facções rivais do governo militar: as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e a milícia paramilitar Forças de Apoio Rápido (RSF). Nenhuma delas tem um objetivo ideológico ou uma identidade étnica monolítica. Ambas são comandadas por senhores da guerra sem escrúpulos que lutam pelo controlo do Estado e dos seus recursos. Ambos os lados bombardeiam civis, recrutam crianças e provocam a fome.

O genocídio é mais intenso na região do Darfur (com uma área semelhante a Espanha), onde a RSF e os seus aliados locais conquistaram cidades e expulsaram os não-árabes. O principal alvo do genocídio são grupos étnicos não-árabes, especialmente o povo Masalit.

A ONU estima que até setembro deste ano terão sido mortas mais de 20.000 pessoas e outras 33.000 terão ficado feridas, e que em apenas 1 ano de guerra cerca de 25 milhões de pessoas – das quais 14 milhões são crianças – ficaram a precisar de assistência e apoio humanitário.

Desde o início do conflito mais de 8,6 milhões de pessoas, entre as quais estão 4 milhões de

crianças, ficaram em situação de refugiados, procurando refúgio em outras regiões do Sudão (6,6 milhões) ou nos países vizinhos (1,8 milhões), o que torna o Sudão a maior crise de refugiados em todo o mundo.

Em termos de saúde, foram já diagnosticados mais de 11.000 casos suspeitos de cólera e outros surtos de doenças, cerca de 65% da população não tem acesso a cuidados de saúde e entre 70% e 80% dos hospitais nas zonas afectadas pelo conflito já não funcionam.

A fome atinge dimensões bíblicas. Mais de um terço da população total (17,7 milhões) enfrenta um nível de insegurança alimentar aguda (IPC3+) e destes cerca de 5 milhões estão à beira do nível emergência de carência alimentar. Prevê-se que mais de 700 000 crianças sofram de desnutrição aguda grave.

Em maio, o Instituto Clingendael, um think tank holandês, estimou que a fome e as doenças associadas matarão mais de 2 milhões de pessoas no Sudão até ao final deste ano e que, se a escassez de alimentos continuar, 6 a 10 milhões de pessoas poderão morrer de fome até 2027.

3. A banalização do genocídio - papel da mediação

De entre os diversos mecanismos que intervêm na banalização do genocídio, impossíveis de abordar neste texto, escolheu-se explorar o papel dos mecanismos mediáticos que contribuem para tornar a violência genocida simultaneamente omnipresente e invisível ou desvalorizada.

Se a possibilidade de banalização do genocídio é real nos dois casos referidos também é verdade que se trata de situações com exposições mediáticas muito diferentes. No caso do Darfur, a invisibilidade é quase total. Na comunicação social mainstream a situação é pouco ou quase nada abordada, tendo até sido dada mais atenção às cheias e aos deslocados por elas provocados do que à guerra e genocídio em curso há quase ano e meio e aos milhões de deslocados dela resultantes. É uma invisibilidade que resulta de um silenciamento deliberado.

Em Gaza, a questão mediática tem operado de formas distintas, mais complexas e com resultados até conflitantes. A comunicação social mainstream decidiu desde o início disseminar a versão de Israel: o ataque do Hamas em 7 de Outubro foi uma acção de terror de fanáticos movidos por ódio étnico-religioso, que cometeram as maiores atrocidades; a resposta militar de Israel mais não era do que a natural reacção de defesa face a esta barbárie. O discurso dos líderes políticos ocidentais, aliados de Israel, foi no mesmo sentido, reforçando-se mutuamente.

Por outro lado, ao nível da linguagem, existiu desde o primeiro momento a tentativa de apagamento do genocídio. Com destino ao grande público, os media recusavam-se a usar a palavra e questionavam a sua aplicabilidade. Os líderes políticos aliados seguiam a mesma cartilha. E, ao nível da legitimação deste apagamento, Israel tentava o mesmo nas instituições internacionais (Conselho de Segurança e AG da ONU, TIJ, TIJ).

Esta intenção deliberada de silenciamento chegou ao ponto do New York Times ou da BBC terem definido instruções internas para a forma como noticiar a carnificina, com as palavras que deveriam ser usadas e as que seriam proibidas. Orwell diria guerra é paz.

Felizmente para o povo palestino, o universo mediático já não é apenas composto e controlado pela comunicação social mainstream, e o uso intensivo da internet e das redes sociais serviu como um contraponto que fornecia a toda a hora notícias, denúncias, apelos e imagens impedindo o apagamento pretendido. A opção da comunicação social e dos líderes políticos ocidentais foi, em parte, como tentar tapar o sol com uma peneira. Os buracos nos argumentos e na narrativa foram sendo progressivamente maiores face à realidade mostrada pelos números e pelas imagens dos pequenos vídeos pessoais (shorts) colocados no Instagram, no TikTok, no Twitter pela população de Gaza e que funcionaram como importantes instrumentos de luta dos subalternos para destruir a narrativa hegemónica dos agressores.

Curiosamente, a ONU e o dinheiro de alguns países árabes ajudaram este combate de resistência, ao terem proporcionado ao longo das últimas décadas o acesso à educação e um nível de literacia extremamente elevado na Faixa de Gaza, o que permitiu, em conjunto com o acesso a cobertura de internet, o uso intensivo dessas tecnologias. Caso tal não existisse, provavelmente saberíamos tão pouco como acerca do genocídio no Darfur, ou teríamos acesso apenas à versão de Israel.

No entanto, se a tecnologia “internet/redes sociais/vídeos” serve para revelar e comprovar o horror, a dimensão e a frequência dos ataques sofridos pelas vítimas, ela tem também o contraponto de poder causar a banalização do genocídio devido ao cansaço e habituação.

Por último, o uso da mesma tecnologia por parte dos agressores contribuiu para também eles banalizarem o próprio acto genocida, ao exibirem filmes nas suas contas pessoais onde tudo lhes era permitido, toda a destruição era colocada ao mesmo nível e com o mesmo grau de aceitabilidade. Esta banalização pelos agressores leva mais longe a “banalidade do mal” na acepção de Arendt: os agressores são pessoas normais, mas já não apenas obedecem a ordens como brincam com as suas próprias ações de desumanização, destruição e genocídio, humilham as vítimas e mostram-se orgulhosos dessa humilhação infligida.

4. O imperativo ético de resistir à banalização

A banalização do genocídio coloca um desafio ético em que a escala e a frequência das atrocidades as tornaram quase mundanas, em que a empatia e a indignação são enfraquecidas pela distância e repetição, e em que a justiça é limitada por cálculos geopolíticos e hierarquias de poder. Esta banalização não constitui apenas uma falha para com as suas vítimas directas como também mina o tecido das relações internacionais e as normas dos direitos humanos, do direito internacional humanitário e do direito da guerra. Para inverter esta tendência, é essencial repensar a forma como os genocídios são representados, discutidos e tratados.

Assim, é necessário resistir ao enquadramento dos genocídios como conflitos “inevitáveis” ou “intratáveis” e desafiar as narrativas que obscurecem as escolhas e ações deliberadas que conduzem à violência em massa. Em Gaza, isto significa reconhecer a assimetria de poder e de responsabilidade, reconhecer o bloqueio, a ocupação e a agressão indiscriminada como uma forma de punição colectiva que viola o direito internacional. No Darfur, significa continuar a exigir responsabilidade e justiça, mesmo quando o conflito é ensombrado por outros acontecimentos mundiais.

É também necessário um compromisso renovado com o empenhamento e a ação, que vá além das expressões superficiais de preocupação e passe ao apoio a movimentos sociais, à defesa

de mudanças políticas ou à contribuição para os esforços humanitários. Significa também reconhecer a nossa cumplicidade nos sistemas de violência e opressão e trabalhar ativamente para os dismantelar.

É ainda necessário reformular os mecanismos jurídicos internacionais para garantir que a justiça seja uma realidade prática. Isto implica a reforma de instituições como o Conselho de Segurança da ONU, o TPI ou o TIJ, de modo a torná-las mais eficazes e menos vulneráveis a pressões políticas, bem como a responsabilização dos Estados poderosos pelas suas ações e pela sua cumplicidade.

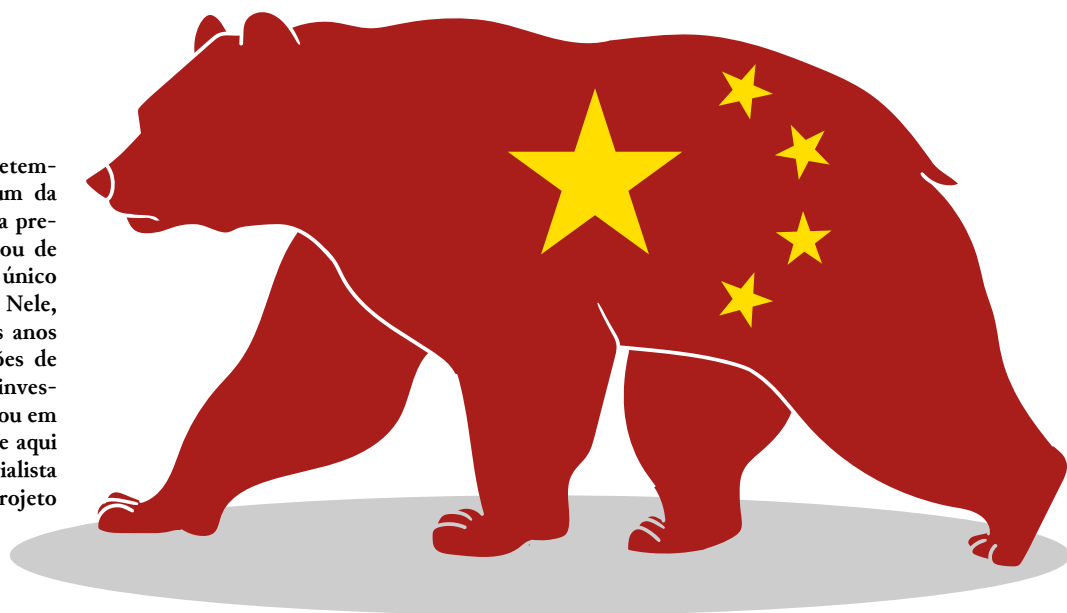
Num mundo onde o genocídio se tornou banal, a tarefa para o reverter é imensa mas não insuperável. Exige uma recusa colectiva em desviar o olhar e um compromisso de solidariedade para com aqueles que sofrem. A luta dos palestinianos de resistência e denúncia nas redes sociais, as manifestações de rua ou os acampamentos em universidades um pouco por todo o mundo em defesa do povo palestiniano e exigindo o fim da guerra são bons exemplos disso. Só recuperando a nossa capacidade de indignação e luta é que podemos esperar honrar a promessa do “nunca mais”.



Abraços de urso - há um imperialismo chinês em África?

Texto de Francisco Louçã

No final da primeira semana de setembro, reuniu-se na China o Fórum da Cooperação Sino-Africana, com a presença de 53 dos 54 países africanos (ficou de fora eSwatini, a antiga Suazilândia, o único país do continente a reconhecer Taiwan). Nele, Jinping prometeu que nos próximos três anos a China aplicaria cerca de 50 mil milhões de dólares em três anos em África, seja em investimentos diretos (um quinto desse valor) ou em empréstimos e donativos. A pergunta que aqui faço é esta: é a China uma potência imperialista e esta relação com África é parte de um projeto neocolonial?



Uma história de sucesso

A transformação da economia chinesa na fábrica do mundo tem poucas décadas. Foi portanto neste período recente que, mantendo o controlo público sobre o sistema financeiro e as regras para o investimento externo, ao mesmo tempo que aplicou uma elevada taxa de esforço de investimento, de capacitação tecnológica planeada e de acumulação de capital em algumas grandes empresas privadas, a China se tornou uma potência económica. O seu PIB é superior ao dos Estados Unidos em paridades de poder de compra e em breve pode ser maior em termos absolutos (embora, como a população chinesa é cinco vezes maior, o PIB per capita seja muito menor), os seus excedentes comerciais são maiores e a sua capacidade de entesourar reservas é portanto superior aos dos seus concorrentes.

Em 2013, o governo chinês lançou uma iniciativa económica e diplomática, a “Nova Rota da Seda”, em analogia com os circuitos comerciais desde os tempos de Marco Polo, só que agora com a direção chinesa. Em 2023 juntaram-se 152 países para comemorar este movimento de capitais e interesses. A reunião de setem-

bro com os países africanos corresponde a um processo paralelo que, como se vê no gráfico, cresceu desde 2000 até tornar a China o principal parceiro comercial de África e, de longe, a principal economia investidora. Ao anunciar os 50 mil milhões, o presidente chinês acrescentou que criariam um milhão de empregos mas também ouviu dirigentes africanos a contestarem o peso de dívidas anteriores e a pedirem que não se acentuasse a relação desigual. Além disso, como se nota no gráfico, entre 2016 e hoje os empréstimos chineses reduziram-se para cerca de metade em termos de peso no PIB africano, e a verba anunciada é menor do que a dos anos do pico desta relação. Por outro lado, os investimentos concentram-se em alguns países (por ordem, África do Sul, Angola, Nigéria, Congo, Egípto).

Não houve nenhum sinal do alívio da dívida. Esta relação económica subordina portanto os países africanos. E, se as infraestruturas criadas são especialmente viradas para a extração mineral (o comércio entre a China e África cresceu em 2023 para 282 mil milhões de dólares), o compromisso destas economias africanas

com o rentismo extrativista é a contrapartida da rentabilidade das grandes empresas tecnológicas chinesas. Assim, esta forma de subordinação é uma exploração neocolonial.

Império

A transformação da China numa economia capitalista não tem paralelo com o que se conhece noutros países. Com a queda do regime da URSS, a sua estrutura política desfez-se e, se é verdade que muitos dos beneficiários da razia da pirataria privatizadora, os novos magnates, tinham sido chefes do partido comunista e burocratas regionais ou nacionais, esse trânsito fez-se num novo quadro político, ao tempo encabeçado por Ieltsin. No caso angolano, foi o partido da resistência anticolonial que, chegado ao poder, entregou ao seu presidente e aos seus generais o poder de roubar os recursos e constituírem as suas fortunas pessoais. Assim, a acumulação de capital procedeu pela ruptura política.

Ora, no caso chinês, há uma continuidade política garantida pela hegemonia do partido co-

munista. É precisamente a sua burocracia que responde às duas principais formas de criação de uma classe capitalista, uma para a combater e outra para a promover: a corrupção, que é fustigada pelas autoridades dado que impede o seu controlo sobre os mecanismos de formação de fortunas; e a propriedade e direção de empresas que beneficiam das exportações e, crescentemente, do mercado interno. Assim, é um capitalismo tutelado pelo Estado sob uma forma que é historicamente inédita, dada a particularidade de ser um partido comunista que o dirige. Mas é uma economia capitalista e 60% do PIB é gerado por estes setores de acumulação privada, correspondendo provavelmente a três quartos do emprego. A relação com África, que visa obter as importações de energia fóssil e sobretudo de minérios fundamentais para as produções de material de comunicação, é uma componente importante deste mapa.

Ao mesmo tempo, Jinping garante a fidelidade de aliados e, sendo de longe o principal parceiro económico de África, dirige uma rede de alianças que secundariza o papel de Washington neste continente. O imperialismo chinês não se expande criando bases militares ou ocupando território, mas disputa com o centro imperial o domínio sobre uma parte do mundo – e aí tem vencido.



Fig. 1: Empréstimos chineses a parceiros africanos, 200–2023, segundo três fontes. Ou seja, não se sabe ao certo os valores envolvidos, mas nota-se que se reduziram nos últimos anos

À grande e à francesa

Andreia Galvão

Quis uma francesa saber se eu roubava enquanto apanhava a minha carteira do chão

-Não tive tempo de lhe dizer-

Que se roubasse não roubaria pequenos centavos

Roubaria cofres nacionais

Como gente grande

Ou faria negócios ruins com o Estado

Ou pilharia terras para mim desconhecidas

Entraria no negócio da guerra

E pagaria com dinheiro digital

Se eu fosse roubar

Roubaria aos ricos

Para dar aos mais ricos

Atrás de mim só restaria a miséria

E à minha frente o paraíso

Se eu quisesse roubar

Não dava satisfações a ninguém

E a minha família roubaria durante tantas gerações

Que depois se passariam a chamar filantropos.



dossiê

doss

#76 SÉRIE II OUTUBRO 2024



***Sem política
unitária não
há esquerda
para lutar***

Geringonça: quatro anos de uma década.

texto de **Catarina Martins**

Enquanto discutíamos o acordo que daria origem à “Geringonça”, PSD e CDS ofereciam a TAP a David Neelman e preparavam a venda da CP e dos transportes de Lisboa e Porto, depois de já terem privatizado quase tudo o que restava. Mesmo antes das eleições, tinham criado novos obstáculos legais no acesso ao aborto. Na agenda estavam limitações ao direito à greve.

Durante a troika, o desemprego disparou, os salários recuaram vinte anos e o PIB quinze. A direita apontava pensionistas e funcionários públicos como problemas e fez tudo para cortar os rendimentos do trabalho¹. A União Europeia recusava qualquer alteração de rumo e no debate político afirmava-se a existência de um “arco da governação” que coincidiria com o alinhamento europeu. Quem recusasse esse alinhamento não contaria para nada².

¹ Incluindo leis que vieram a ser consideradas inconstitucionais.

² Em 2015, mesmo à esquerda, havia quem defendesse essa doutrina. O Livre - Tempo de Avançar, que não conseguiu eleger, explicava que questionar o Tratado Orçamental era impedir entendimentos à esquerda. O PS apresentou o programa eleitoral mais à direita de sempre e não questionava a necessidade

Enquanto isso, as manifestações do “Que se lixe a troika” juntaram multidões e amplos setores da esquerda encontraram-se na Aula Magna, nas lutas sindicais e em novos ativismos de reformados ou de auditoria à dívida. Contra todas as previsões, nas eleições de 2015 a esquerda teve quase 20% de votos³. De repente, a esperança fez-se força em votos e abriu uma possibilidade nova no panorama português. A direita coligada ganhou as eleições, mas PS e esquerda têm maioria e dão corpo à exigência popular de mudança. A direita tinha de sair.

A Geringonça foi produto desse tempo. Da urgência que atravessava a vida de cada pessoa e também dos sindicatos, das autarquias, das pequenas empresas, das ONGs. Quando a possibilidade de mudança se abriu, todo o país a abraçou. Foi como vir à tona da água e finalmente respirar.

de austeridade, apenas a intensidade. Em 2019, o PS votaria contra o Tratado Orçamental no Parlamento Europeu. Mas, nessa altura, já era fácil.

³ O Bloco duplica face a 2011 e ultrapassa os 10%, a CDU sobe ligeiramente e fica acima de 8%

Mas a Geringonça foi também o contexto das pressões da União Europeia e do capital, das impossibilidades autoimpostas pelo PS, dos impasses. Quem um dia pensou que teria sido bom ter ministros da esquerda no governo, em vez de um acordo apenas parlamentar, deve saber que esse governo teria caído em pouco mais de um mês, com a resolução do Banif⁴.

A esquerda conquistou o que nunca tinha sido feito, mas ficou na ingrata posição de entregar o governo ao PS. E sabíamos dos riscos.

Há quem lembre os obstáculos impostos por Cavaco Silva, que exigiu um acordo escrito para reconhecer a nova maioria no parlamento. Na verdade, foi uma enorme ajuda. Ao contrário do Bloco, o PCP preferia não ter nada escrito. Como ficou rapidamente claro, o PS entendeu-se com a direita em tudo o que não estava explicitamente acordado.

Entre 2015 e 2019 viveu-se um período recuperação de direitos, dos rendimentos do trabalho e, não menos importante, de derrota da austeridade enquanto ideia hegemónica. A atualização anual do salá-

⁴ Uma resolução herdada de Maria Luís Albuquerque e adiada até dezembro de 2015, em que o PS aceitou integralmente as exigências da Comissão Europeia e que passou no parlamento só com o apoio da direita.

rio mínimo e das pensões, manuais escolares gratuitos ou passes para transportes são hoje dados adquiridos. Passado quase uma década, talvez seja difícil pensar que tenha existido um tempo em que tudo isto era considerado irresponsável e provocava a ira de Bruxelas.

Simultaneamente, o PS adiava o investimento público previsto e apoiava-se na direita para decisões sobre sistema financeiro, energia ou mercado imobiliário. As alterações à legislação laboral foram adiadas até ao final do mandato e acabaram votadas com o apoio de PSD.

Chegados às eleições de 2019, o apoio popular às conquistas desses 5 anos daria a vitória ao PS. Os custos do que foi adiado só ficariam visíveis mais tarde. O Bloco, ao contrário do PCP, optou pelo confronto público e permanente ao longo da legislatura⁵. Nas eleições aguentámos a pressão e mantivemos o mesmo número de deputados e deputadas. O PCP perdeu quase um terço da bancada. O PS ganhou sem maioria e a nova legislatura obriga a negociação.

⁵ Durante os 4 anos, levámos as negociações orçamentais para sessões públicas e prestamos contas sobre a execução do acordo.

Após as eleições, o Bloco propôs um novo acordo escrito. O PS recusou e teve o conforto do PCP; tudo seria visto medida a medida. Abriu-se o campo para o PS governar pela chantagem⁶. No debate público, a esquerda ficaria sempre com o ónus de sectarismo quando recusava o que o PS queria impor. Forças como o PAN ou o Livre ajudavam a essa narrativa. Entretanto, pela combinação entre a cristalização de algum sindicalismo tradicional e a reconfiguração em curso à direita, emerge uma nova agenda determinada pela extrema-direita. Todo o debate político se tornou mais pantanoso.

O Bloco considerou que não tinha condições para chumbar o primeiro orçamento da legislatura, num momento em que o PS ainda recolhia os frutos da geringonça. Estávamos no início de 2020. Seguir-se-ia uma pandemia e uma enorme sensação de insegurança em toda a sociedade. António Costa aposta no medo e ganha. Ao contrário do Bloco, o PCP ainda aprova o Orçamento do Estado para 2021. O seguinte já não passará e, com a crise que provocou

⁶ A relação de forças passou a ser outra. Ao PS bastava o voto do PCP ou do Bloco.

em 2022, o PS consegue a maioria absoluta que preparava desde 2019. Acabaria por a perder, em pouco mais de um ano, e escancarar as portas à direita e à extrema-direita.

É certo que ninguém podia prever o impacto da pandemia, mas teremos de reconhecer que apenas acelerou o que já estava a acontecer e com erros que favoreceram a direita. À esquerda, o deslumbamento de alguns setores (incluindo na esfera do Bloco) pela negociação institucional em lugar do confronto público e do movimento social. No PS, a recusa absoluta em alterações na estrutura da economia.

Reflexões sobre política unitária em tempo de crise

texto de **Daniel Borges**

As transformações sociais e políticas têm uma forma imponente de voltar a trazer ao de cima e mastigar discussões antigas sobre estratégia e tática. Qualquer organização política que atravesse uma situação nacional de crise se vê obrigada a retornar a vários destes debates. Um dos mais antigos e de maior preocupação para a decadência dos regimes ocidentais e para a crise da esquerda é o da política unitária.

Depois da derrota do primeiro referendo ao aborto, os debates em torno da crise que a esquerda enfrentava deram origem ao Bloco de Esquerda. É um bom exemplo do sucesso da política unitária, mas também há maus exemplos. Em Espanha, o impulso da política unitária tem levado a esquerda a um beco sem saída onde está presa entre a impotência ou a capitulação ao PSOE.

Entre a tentação para o sectarismo, que resigna qualquer partido à impotência – tendência que não tem passado ao lado do Partido Comunista Português – e a tentação para o reformismo, que tem como consequência a capitulação à hegemonia das potências ocidentais, há um caminho sinuoso de ação política, repleto de armadilhas e tensões, onde se encontrará uma via para vitórias à esquerda. Para encontrar esse caminho, não dispensamos de algumas reflexões sobre prática política.

Programa e estratégia

Não há política unitária sem programa. Isto é, não há possibilidade de convergência política sem se discutir, em primeiro lugar, os objetivos concretos dessa convergência. Em França, a Nova Frente Popular fez dele, e bem, o ponto angular da sua ação política. A construção de um programa à esquerda já vinha sendo ensaiada em França desde a NUPES e tem pilares fortes que, apesar de todas as disputas e tentações

sectárias ou oportunistas dentro da NFP, têm conseguido manter a coligação unida.

Mas esse programa depende dos objetivos das convergências e das organizações políticas e da forma como querem lá chegar. Se o objetivo dos partidos de esquerda é apenas combater a extrema-direita, o programa traduz-se numa política de redistribuição que reconquiste as massas descontentes – é o exemplo da NFP. Se o objetivo é reverter a política da troika, o programa é de reposição dos direitos atacados, como foi o caso da geringonça. Se o objetivo é alcançar o socialismo, será preciso um programa de transição que consiga transformar a sociedade. Se o objetivo é ganhar uma cidade à direita, só um programa que rejeite os princípios do neoliberalismo e aplique uma política transformadora para a habitação e o direito à cidade pode ser pilar comum.

Mas é errado pensar num programa como o resultado de uma simples convergência voluntária e amigável. A geringonça não foi isso, nem o é a Nova Frente Popular. Nos espaços unitários disputam-se relações de forças entre organizações políticas com objetivos diferentes. Na NFP essas tensões traduzem-se nos desentendimentos entre os radicais insubmissos e os centristas socialistas, na geringonça a tensão foi entre o Partido Socialista maioritário, com um programa que não questiona o capitalismo, e o Bloco de Esquerda e o PCP, com programas distintos e combativos.

Relação de forças

Em França, a Nova Frente Popular conseguiu unir-se por detrás de um programa radical porque a relação de forças no seu seio o permitiu: com a implosão do Partido Socialista Francês depois do governo de Hollande, a França Insubmissa conseguiu

transformar-se na principal força da esquerda do espectro político e, dessa forma, impor os seus termos de negociação ao PSF, que se viu obrigado a aceitá-los (vejamos ainda se o feitiço não se vira contra o feiticeiro, com os socialistas a recuperarem nas europeias). A geringonça, por ser uma convergência pós-eleitoral, teve a particularidade de ter o Partido Socialista como força maioritária mas com necessidade dos outros partidos para governar, equilibrando um pouco essa relação de forças.

Mas que processos unitários e relações de forças se colocam no horizonte do Bloco e como devemos lidar com eles? A esquerda portuguesa permanece fragilizada e tem recuado. Travar essa diminuição não significa só procurar alianças táticas para encontrar espaços institucionais que invertam a narrativa de que estamos em crise. O objetivo da política unitária do Bloco deve ser construir alianças para inverter a sua relação de forças com o Partido Socialista, principal adversário político da esquerda anticapitalista no campo do confronto com a direita, para conseguir impor um programa de transformação social.

Não significa isso que não haja a possibilidade de outras alianças concretas: as eleições presidenciais, por não implicarem um programa concreto e permitirem uma aliança por detrás de um candidato concreto, podem ser um exemplo dissp. Mas na política concreta, as alianças têm de ser pensadas para inverter a relação de forças da esquerda com o Partido Socialista. Caso contrário, qualquer tentativa de convergência, nos casos em que inclua o PS, será sempre pervertida pelo papel deste enquanto intermediador que procura degenerar qualquer tentativa de política transformadora. A política da esquerda é disputa da relação de forças para objetivos programáticos claros.

O programa da Nova Frente Popular francesa para os 15 primeiros dias de governo (resumo)

OS PRIMEIROS 15 DIAS: A RUTURA

O governo da Nova Frente Popular tem uma única prioridade desde o momento da sua tomada de posse: responder às urgências que atingem a vida e a confiança do povo francês. Vamos acabar com a brutalização e os abusos dos anos Macron. Vamos adotar imediatamente 20 medidas de rutura para responder à emergência social, ao desafio climático, à reparação dos serviços públicos, a um caminho de apaziguamento em França e em todo o mundo. Para que a vida possa mudar a partir do verão de 2024.

Declarar o estado de emergência social

- > Fixar por decreto o preço dos géneros alimentícios de primeira necessidade, da energia e dos combustíveis, e reforçar o mecanismo de proteção da qualidade-preço nos territórios ultramarinos
- > Revogar imediatamente os decretos que aplicam a reforma de Emmanuel Macron que aumenta a idade da reforma para 64 anos, bem como a reforma do subsídio de desemprego
- > Aumentar a pensão contributiva mínima para o nível do salário mínimo e a pensão mínima de velhice para o nível do limiar de pobreza
- > Aumentar os salários através do aumento do salário mínimo para 1.600 euros líquidos, do aumento do indexante dos funcionários públicos em 10% (com compensação total para as autoridades locais) e do aumento dos subsídios de estágio e dos salários dos aprendizes e estagiários em cursos de formação contínua.
- > Encetar negociações comerciais, garantindo um preço mínimo para os agricultores e tributando os super-lucros dos agro-industriais e da grande distribuição
- > Aumentar em 10% o subsídio de habitação personalizado.

Enfrentar o desafio climático

- > Decretar uma moratória para os grandes projectos de infra-estruturas de auto-estradas
- > Adotar uma moratória sobre as mega-bacias

- > Aplicar regras precisas de partilha da água em todas as atividades

Defender o direito à habitação

- > Relançar a construção de habitação social, revertendo os cortes anuais de 1,4 mil milhões de euros de Macron às organizações de habitação social
- > Criar alojamentos de emergência para um acolhimento incondicional e, em situações de emergência, requisitar as habitações vazias necessárias para alojar os sem-abrigo.

Recuperar os serviços públicos

- > Organizar uma conferência para salvar o sistema hospitalar público da saturação durante o verão e propor a revalorização do trabalho noturno e ao fim de semana para o pessoal hospitalar.
- > Restaurar o objetivo emancipatório da escola pública, revogando o “choque de conhecimentos” de Macron, e preservar a liberdade pedagógica
- > Dar os primeiros passos para tornar a escola totalmente gratuita: cantina, material, transportes, atividades extra-curriculares, etc.
- > Aumentar o montante do Pass'Sport para 150 euros e alargar a sua utilização ao desporto escolar, a tempo do início do novo ano letivo

Apaziguar

- > Relançar a criação de empregos subsidiados para as associações, nomeadamente as associações desportivas e de educação popular
- > Criar as primeiras equipas de polícia de proximidade, proibir os LBD e as granadas mutiladoras e desmantelar a BRAV-M [brigada de repressão da ação violenta motorizada].

Colocar a mudança na Europa na ordem do dia

- > Rejeitar as restrições de austeridade do pacto orçamental
- > Propor uma reforma da Política Agrícola Comum (PAC)

A URGÊNCIA DA PAZ

Promover a diplomacia francesa ao serviço da paz

Para pôr fim à guerra de agressão de Vladimir Putin e assegurar que ele responda pelos seus crimes perante a justiça internacional: Defender sem hesitação a soberania e a liberdade do povo ucraniano e a integridade das suas fronteiras, fornecendo as armas necessárias, anulando a sua dívida externa, confiscando os bens dos oligarcas que contribuem para o esforço de guerra russo no quadro permitido pelo direito internacional, enviando capacetes azuis para proteger as centrais nucleares, num contexto internacional de tensão e guerra no continente europeu, e trabalhar para o regresso da paz.

Agir em prol de um cessar-fogo imediato em Gaza e de uma paz justa e duradoura

- > Romper com o apoio doloso do Governo francês ao governo supremacista de extrema-direita de Netanyahu para impor um cessar-fogo imediato em Gaza e garantir o cumprimento da ordem do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), que refere inequivocamente um risco de genocídio.
- > Agir pela libertação dos reféns detidos desde os massacres terroristas do Hamas, cujo projeto teocrático rejeitamos, e pela libertação dos presos políticos palestinianos
- > Apoiar o Tribunal Penal Internacional (TPI) na sua ação penal contra os dirigentes do Hamas e o Governo de Netanyahu
- > Reconhecer imediatamente o Estado da Palestina ao lado do Estado de Israel, com base nas resoluções da ONU
- > Declarar um embargo ao fornecimento de armas a Israel
- > Impor sanções contra o governo de extrema-direita de Netanyahu até que este respeite o direito internacional em Gaza e na Cisjordânia
- > Exigir a suspensão do Acordo de Associação UE-Israel, condicionado ao respeito dos direitos humanos
- > Permitir a realização de eleições livres sob supervisão internacional, para que os palestinianos possam decidir o seu próprio destino
- > Garantir o respeito pela soberania do Líbano e a proteção dos 700 soldados da paz franceses que trabalham com capacetes azuis em nome do direito internacional

Uma Coligação que fez acontecer e deu que falar

texto de **Luís Fazenda**

As eleições autárquicas de dezembro de 1989 aconteceram num tempo político muito diferente do atual. Em Lisboa, havia dez anos que uma coligação CDS/PSD liderava o Município e maltratava a Cidade. O presidente de Câmara, Kruz Abecassis, do CDS, era o apoderado de todos os empreiteiros que construíam praticamente a bel-prazer. Convém recordar alguns dos seus pontos altos. Abecassis tentou, sem sucesso, devido à oposição popular, fazer uma feira popular em frente aos Jerónimos. Destacou-se ainda por tentar impedir a exibição do filme de Godard “Je vous salue Marie”, tido como herético, porque expunha a nudez da Virgem. O CDS dirigia essa coligação, Aliança Democrática (AD), porque em 1976 teve mais votos no concelho do que o PPD/PSD e depois encabeçou sucessivas coligações. Também o PCP/ PEV (CDU) tinha mais votos em Lisboa para as autarquias do que o PS. Jorge Sampaio era o líder do PS, no auge do consulado de Cavaco Silva como primeiro-ministro, e surpreendeu tudo e todos quando anunciou uma candidatura à CML, fazendo simultaneamente um apelo à unidade da esquerda para derrotar a gestão Abecassis. A Coligação Por Lisboa é depois montada com a participação de PS, PCP, MDP, PEV, UDP e PSR. Dez anos de desmandos em Lisboa, a que se juntava um sentimento de que depois do 25 de Abril estavam por concretizar ali muitos princípios democráticos, foram a ignição duma aventura política sem precedentes.

A campanha eleitoral é inesquecível por vários acontecimentos, polémicas e atitudes.

Desde logo, a campanha é atravessada pela queda do Muro de Berlim, com as reações desencontradas dos parceiros, o choro do PCP, e uma enorme politização do quadro eleitoral. Havia uma sessão numa coletividade de bairro nessa noite e ficou toda a gente a olhar para as imagens de Berlim na RTP, única TV à época.

Sampaio, e Lopes Cardoso que o acompanhou sempre nesta junção de forças, incentivaram um longo processo aberto de elaboração do programa eleitoral. Centenas de pessoas, para além dos partidos, foram ouvidas e lidos os seus textos e propostas nas mais variadas perspetivas de fazer Cidade comunitária e inclusiva. Ainda hoje, a abordagem dessa visão da Cidade tem pontos de extrema atualidade apesar dos trinta e cinco anos transcorridos. Lembro José Augusto França, que serziu partes desse programa, discursando lado a lado com José Saramago, num Terreiro do Paço ainda parque de estacionamento automóvel à superfície, para explicar o primeiro mandamento de um município progressista: “o mais importante não é o que se faz mas o que não se deixa fazer em nome dos cidadãos”. Esse processo e o ineditismo da coligação transbordaram muitos apoios e um entusiasmo patente em ações de rua e comícios. Muitas pessoas acharam piada a um slogan que dizia pouco em si como “o patriotismo de cidade” mas que se destinava a superar rivalidades de bairros.

A campanha teve, como era esperado, um forte ataque da direita e de Cavaco, sempre à roda da acusação de regresso ao PREC de 1975. A coisa não tinha sequer aproximação à realidade mas a toada foi anticomunista e antiesquerdista. Veja-se que ao invés do que a direita dizia as propostas mais radicais sobre solo urbano, ou sobre casas devolutas, não foram aceites

pela dupla PS/PCP. A candidatura marcou a sério, apesar de alguma retórica de pôr Lisboa no mapa das capitais atlânticas da Europa, pela garantia do fim da arbitrariedade e compadrio na gestão urbanística. Vieram dessa campanha os planos de pormenor e planos de salvaguarda de zonas sensíveis da cidade ainda antes de haver plano diretor municipal. A transparência teve algum tempo para luzir, embora não tenha perdurado para gestões seguintes. Arrancou o impulso para a erradicação dos bairros de barracas e o alargamento de medidas sociais sobretudo nas escolas do básico e jardins de infância. A cultura em Lisboa passou a ser valorizada, da tradicional à mais erudita. Nem queiram acreditar no que era o vazio cultural anterior. Mesmo as simples Marchas Populares estavam interrompidas. Sampaio consegue marcar avanços nesta dimensão quando Lisboa é capital europeia da Cultura em 94. Miguel Portas, mais tarde eurodeputado do Bloco de Esquerda, teve aqui um trabalho de colaboração direta com Sampaio. Algumas medidas ingénuas como realizar hastas públicas para vender terrenos camarários para baixar o preço do solo também vieram dessa campanha.

Essa vitória em Lisboa não teve efeito imediato no consulado de Cavaco, a que vulgarmente chamamos “estado laranja”. Cavaco repetiria a maioria absoluta, logo no ano seguinte, mas a Coligação Por Lisboa, com toda a oposição, foi um pólo de resistência e desgaste do PSD nacional até 95, quando foi apeado do poder. E certamente ajudou Sampaio a derrotar Cavaco nas eleições presidenciais seguintes.

Nesta operação, foi crucial o espaço livre de intervenção a todos e a cada um dos partidos integrantes da coligação. A principal crítica que se pode fazer a este processo político foi a de, apesar de ter vagamente falado da gentrificação, não ter antecipado a formidável dimensão do fenómeno. Quaisquer propostas que surjam agora para o município de Lisboa só podem começar a partir daí.